

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Diploma	Resumo	Data	Alterações, revogações e normas complementares
Decreto-Lei nº 19/90	Regime de caducidade de licenças municipais de obras de construção civil.	11-01-1990	Alterado pelo Decreto-Lei nº 382/90, de 10 de Dezembro
Decreto-Lei nº 186/90	Sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e os projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente.	06-06-1990	
Decreto-Lei nº 382/90	Alteração do Decreto-Lei nº 19/90 de 11 de Janeiro, sobre caducidade de licenças municipais de obras de construção civil.	10-12-1990	
Decreto-Lei nº 445/91	Revisão do Regime de Licenciamentos Municipais de Obras Particulares.	20-11-1991	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto Regulamentar nº 63/91	Regulamenta o processo de instrução dos pedidos de licenciamento e de operações de loteamento.	29-11-1991	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto-Lei nº 448/91	Aprova o regime jurídico dos loteamentos urbanos. Revoga o Decreto-Lei nº 400/84 de 31 de Dezembro.	29-11-1991	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Declaração de Rectificação nº 8/92	De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar nº 63/91, do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, que regulamenta o processo de instrução dos pedidos de licenciamento de operações de loteamento, publicada no Diário da República, nº 275, de 29 de Novembro de 1991.	29-02-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 143/92	Aprova os modelos de avisos previstos no Decreto-Lei nº 445/91 de 20 de Novembro, estabelece o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares.	05-03-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 216/92	Fixa os requisitos a que devem obedecer os avisos de publicação e os alvarás previsto no Decreto-Lei nº 448/91 de 29 de Novembro.	20-03-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Declaração de Rectificação nº 23/92	Ratifica o Decreto-Lei nº 448/91 de 29 de Novembro.	31-03-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Declaração de Rectificação nº 36/92	Substitui os modelos dos mapas anexos à Portaria nº 216/92 de 20 de Março.	31-03-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Lei nº 29/92	Altera o Decreto-Lei nº 445/91 de 20 de Novembro.	05-09-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Portaria nº 1182/92	Regulamenta os parâmetros do dimensionamento das parcelas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e de equipamentos de utilização colectiva a que se refere o art.º 15 do Decreto-Lei nº 448/91 de 29 de Novembro.	22-12-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Despacho nº 45/93 de 27 de Janeiro	Dá orientação sobre o parecer das comissões de coordenação regional previsto no art.º 43º do Decreto-Lei nº 448/91 de 29 de Novembro.	27-01-1993	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto-Lei nº 351/93	Estabelece o regime de caducidade dos pedidos e dos actos de licenciamento de obras, loteamentos e empreendimentos turísticos.	07-10-1993	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto-Lei nº 83/94	Estabelece o regime jurídico do certificado de conformidade dos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal.	14-03-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto-Lei nº 250/94	Altera o Decreto-Lei nº 445/91 de 20 de Novembro, estabelece o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares.	15-10-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 1115-A/94	Estabelece medidas relativas à indicação dos elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento de obras e de demolição, de emissão do alvará licença de construção, bem como a apresentação dos projectos das especialidades.	15-12-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 1115-B/94	Estabelece medidas relativas à indicação dos elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento de obras e de demolição, de emissão do alvará licença de construção, bem como a apresentação dos projectos das especialidades.	15-12-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 1115-C/94	Determina quais os requisitos a que deve obedecer o livro de obra, a conservar no respectivo local.	15-12-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 1115-D/94	Aprova os modelos de avisos de publicitação de alvarás de licença de construção.	15-12-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Decreto-Lei nº 302/94	Altera o Decreto-Lei nº 448/91 de 29 de Novembro, aprova o regime jurídico dos loteamentos urbanos.	19-12-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Declaração de Rectificação nº 2-B/95	Declara que o Decreto-Lei nº 250/94, de 15 de Outubro, altera o Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro (estabelece o regime jurídico do Licenciamento Municipal de Obras Particulares).	31-01-1995	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria nº 155/95	Aprova o modelo do certificado de conformidade previsto no Decreto-Lei nº 83/94, de 14 de Março, e o modelo do alvará	23-02-1995	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

	de reconhecimento a emitir pela Direcção-Geral do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).		
Decreto-Lei n.º 92/95	Estabelece as regras de execução de ordens de embargo, de demolição ou reposição de terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras.	09-05-1995	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro
Portaria n.º 578/95	Fixa os indicadores de solvabilidade que permitem apurar a capacidade económica e financeira das empresas candidatas à concessão de alvará de certificação de conformidade dos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal.	17-06-1995	
Lei n.º 90/95	Autoriza o governo a alterar o Decreto-Lei n.º 448/91 de 29 de Novembro, sobre o regime jurídico de loteamentos urbanos.	01-09-1995	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro
Decreto-Lei n.º 292/95	Estabelece a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, de planos de pormenor e de projectos de operações de loteamento	14-11-1995	Revogados, pela Lei n.º 31/2009, os artigos n.º 3 e 4.
Decreto-Lei n.º 334/95	Altera o Decreto-Lei n.º 448/91 de 29 de Novembro, sobre o regime jurídico de loteamentos urbanos.	28-12-1995	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro
Lei n.º 22/96	Altera o artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro (estabelece o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares), aditado pelo Decreto-Lei n.º 250/94 de 15 de Outubro.	26-07-1996	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro
Lei n.º 26/96	Rectifica o Decreto-Lei n.º 334/95 de 28 de Dezembro	01-08-1996	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro
Portaria n.º 227/98	Regulamenta o art.º 7.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 448/91 de 29 de Novembro.	11-04-1998	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro
Decreto-Lei n.º 176/98	Altera o Estatuto da Associação dos Arquitectos Portugueses, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 465/88 de 15 de Dezembro, doravante designada por Ordem dos Arquitectos	03-07-1998	
Decreto-Lei n.º 76/99	Repristina a alínea a) do n.º1 do art.º 7.º, do Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro, que interdita na área abrangida pela ZPE o licenciamento de novos Loteamentos.	16-03-1999	
Lei n.º 110/99	Autoriza o Governo a legislar, no âmbito do desenvolvimento da Lei de bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, em matéria de atribuições das autarquias locais no que respeita ao regime de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras particulares.	03-08-1999	
Decreto-Lei n.º 370/99	Aprova o regime jurídico da instalação dos estabelecimentos que vendem produtos alimentares e de alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de serviços que	18-09-1999	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2002

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

	podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas		
Decreto-Lei nº 555/99	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	16-12-1999	Alterado pelas Leis nº 13/2000, de 20 de Julho, e nº 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis nº 15/2002, de 22 de Fevereiro, e nº 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de Agosto, pelas Leis nº 60/2007, de 4 de Setembro, e nº 18/2008, de 20 de Janeiro, e pelos Decretos-Lei nº 116/2008, de 4 de Julho, e nº 26/2010 de 30 de Março.
Portaria nº 33/2000	Aprova a lista dos tipos de identificação dos estabelecimentos de comércio ou armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços cujo funcionamento envolve riscos para a saúde e segurança das pessoas	18-01-2000	
Declaração de Rectificação nº 5-B/2000	De ter sido rectificado o Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do território, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	29-02-2000	
Decreto-Lei nº 69/2000	Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997	03-05-2000	
Decreto-Lei nº 151-A/2000	Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioeléctrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioeléctricas, à protecção da exposição a radiações electromagnéticas e à partilha de infra-estruturas de radiocomunicações	20-07-2000	
Lei nº 13/2000	Suspende a vigência do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, que estabelece o novo regime jurídico da urbanização e edificação. – suspensão até 31 de Dezembro de 2000, inclusive.	20-07-2000	
Portaria nº 1061/2000	Aprova do modelo de alvará de licença de utilização relativo aos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 370/99, de 18 de Setembro	31-10-2000	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Lei nº 30-A/2000	Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, que estabelece o novo regime jurídico da urbanização e edificação.	20-12-2000	
Decreto-Lei nº 46/2001	Aprova o regime jurídico de licenciamento das áreas de localização empresarial.	10-02-2001	
Declaração de Rectificação nº 13-T/2001	De ter sido rectificado o Decreto-Lei nº 177/2001, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que altera o Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, publicado no Diário da República 1.ª Série, nº 129, de 4 de Junho de 2001.	30-06-2001	
Portaria nº 1104/2001	Actualiza, relativamente ao ano de 2000, a relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução.	17-09-2001	
Portaria nº 1105/2001	Regulamenta o pedido de emissão de alvará de licenciamento.	18-09-2001	Revogada pela Portaria nº 216-E/2008, de 3 de Março.
Portaria nº 1106/2001	Aprova os modelos dos avisos para pedido de autorização para operações urbanísticas específicas ou promovidas pela administração pública.	18-09-2001	Revogada pela Portaria nº 216-C/2008, de 3 de Março.
Portaria nº 1107/2001	Aprova os modelos de alvarás de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas.	18-09-2001	Revogada pela Portaria nº 216-D/2008, de 3 de Março.
Portaria nº 1108/2001	Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento.	18-09-2001	Revogada pela Portaria nº 216-F/2008, de 3 de Março.
Portaria nº 1109/2001	Define os requisitos a que se deve obedecer um livro de obra, a conservar no local da sua execução.	19-09-2001	
Portaria nº 1110/2001	Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas.	19-09-2001	Revogada pela Portaria nº 232/2008, de 11 de Março.
Portaria nº 1111/2001	Identifica os elementos estatísticos referentes a operações urbanísticas a serem remetidas pelas câmaras municipais ao Instituto Nacional de Estatística, ao abrigo do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro.	19-09-2001	
Portaria nº 1136/2001	Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva.	25-09-2001	Revogada pela Portaria nº 216-B/2008, de 3 de Março
Declaração de Rectificação nº 20/2001	De ter sido rectificada a Portaria nº 1111/2001 do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que identifica os elementos estatísticos referentes às operações urbanísticas a	04-10-2001	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

	serem remetidas pelas câmaras municipais ao Instituto Nacional de Estatística, ao abrigo do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de Junho, publicada no Diário da República 1.ª Série, nº 218, de 19 de Setembro de 2001.		
Decreto-Lei nº 9/2002	Estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Leis nos 122/79, de 8 de Maio, 252/86, de 25 de Agosto, 168/97, de 4 de Juho, e 370/99, de 18 de Setembro	24-01-2002	Altera o Decreto-Lei nº 122/79, Decreto-Lei nº 168/97 e Decreto-Lei nº 370/99.
Lei nº 15/2002	Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (revoga o Decreto-Lei nº 267/285, de 16 de Julho) e procede à quarta alteração do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro.	22-02-2002	Alterado pelas Leis nºs 13/2000 de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho.
Declaração de Rectificação nº 17/2002	De ter sido rectificada a Lei nº 15/2002 de 22 de Fevereiro [aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (revoga o Decreto-Lei nº 267/285, de 16 de Julho) e procede à quarta alteração do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelas Leis nºs 13/2000 de 20 de Julho, e 30-A/2000 de 20 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de Junho] publicada no Diário da República, 1.ª Série –A, nº 45, de 22 de Fevereiro.	06-04-2002	
Lei nº 28/2002	Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho, que alterou o Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	22-11-2002	
Decreto-Lei nº 267/2002	Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	26-11-2002	
Decreto-Lei nº 309/2002	Regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais, em desenvolvimento do regime previsto na alínea s) do nº 1 do artigo 13.º da Lei nº 30-C/2000, de 29 de Dezembro, na alínea a) do nº 2 do artigo 21.º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e no nº 1 do artigo 12.º da Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro	16-12-2002	O Decreto-Lei nº 141/2009 revoga as alíneas b) e c) do art. 2º, o art. 4º e a alínea b) do nº 1º do art 8º do Decreto-Lei nº 309/2002
Decreto-Lei nº 11/2003	Regula a autorização municipal inerente à instalação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios definidos no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de Julho, e adopta mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)	18-01-2003	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Lei nº 4-A/2003	Primeira alteração à Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, primeira alteração à Lei nº 15/2002, de 22 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e primeira alteração ao Decreto-Lei nº 134/98, de 15 de Maio, que aprova o regime jurídico do recurso contencioso dos actos administrativos relativos à formação dos contratos de empreitada de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens.	19-02-2003	
Decreto-Lei nº 59/2003	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 1999/22/CE, do Conselho, de 29 de Março, relativa à detenção de animais da fauna selvagem em parques zoológicos, estabelecendo as normas para a manutenção e bem-estar dos animais, o licenciamento e inspecções dos parques, a gestão das colecções, a promoção de estudos científicos, a salvaguarda da biodiversidade e a educação pedagógica dos visitantes	01-04-2003	
Decreto-Lei nº 65/2003	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 28/2002, de 22 de Novembro, prorroga por nove meses o prazo previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho.	03-04-2003	Alterou o Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabeleceu o regime jurídico da urbanização e da edificação.
Portaria nº 1188/2003	Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis	10-10-2003	Alterada por Portaria nº 1515/2007
Portaria nº 159/2004	Fixa os montantes das taxas a cobrar pelas entidades referidas no nº 2, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	14-02-2004	
Portaria nº193/2005	Relação das disposições legais a observar em matéria de projectos de obras e respectiva execução	17-02-2005	
Resolução do Conselho de Ministros nº 113/2005	Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA)	30-06-2005	
Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2005	Aprova a estratégia nacional para a energia	24-10-2005	
Decreto-Lei nº 79/2006	Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios	04-04-2006	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Decreto-Lei nº 80/2006	Aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)	04-04-2006	
Decreto-Lei nº 146/2006	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído a ...	31-07-2006	Alterado pelo Decreto-Lei nº 57/2006, de 31/08
Decreto-Lei nº 157/2006	Aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.	08-08-2006	
Decreto-Lei nº 221/2006	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Dezembro, que altera a Directiva nº 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras - Revogando o Decreto-Lei nº 76/2002, de 26/03.	08-11-2006	
Decreto-Lei nº 9/2007	Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro e	17-01-2007	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 18/2007, de 16/03
Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2007	Aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) ...	17-01-2007	
Declaração de Rectificação nº 18/2007	Rectificação do Decreto-Lei nº 9/2007	16-03-2007	
Decreto Regulamentar nº 17/2007	Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Baixo Minho	28-03-2007	
Decreto Regulamentar nº 61/2007	Altera o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003 de 11 de Abril	09-05-2007	Altera o Decreto Regulamentar nº 8/2003, de 11 de Abril
Decreto-Lei nº 183/2007	Altera os Decretos-Leis nº 69/2003, de 10 de Abril, e nº 194/2000, de 21 de Agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da actividade industrial	09-05-2007	Altera e republica o Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril
Portaria nº 584/2007	Instalação e modificação de indústrias	09-05-2007	Revoga a Portaria nº 473/2003, de 11 de Junho
Decreto-Lei nº 186/2007	Fixa as condições de construção, certificação e exploração de aeródromos civis	10-05-2007	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Decreto -Lei nº 225/2007	Concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia, estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2005, de 24 de Outubro	31-05-2007	
Decreto-Lei nº 234/2007	Regime Jurídico para instalação e modificação de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas	19-06-2007	Revoga o Decreto-Lei nº 168/97, de 4 de Julho e o Decreto Regulamentar nº 38/97, de 25 de Setembro
Portaria nº 573/2007	Estabelece o modelo de declaração de instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos de restauração e bebidas	26-06-2007	
Decreto-Lei nº 259/2007	Aprova o regime de declaração prévia a que estão sujeitos os estabelecimentos de comércio de produtos alimentares e alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de prestação de serviços que podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas e revoga o Decreto-Lei nº 370/99, de 18 de Setembro, e as Portaria nºs nos 33/2000, de 28 de Janeiro, e 1061/2000, de 31 de Outubro	17-07-2007	Revoga o Decreto-Lei nº 370/99 e as Portaria nºs 33/2000 e 1061/200
Portaria nº 789/2007	Fixa os requisitos específicos a que deve obedecer a instalação e funcionamento dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho	23-07-2007	
Portaria nº 790/2007	Define o modelo da declaração instituída pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho	23-07-2007	
Portaria nº 791/2007	Identifica os tipos de estabelecimentos abrangidos pelo regime de declaração instituído pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho	23-07-2007	Não aplicável a ginásios e clubes de saúde (ver Decreto-Lei nº nº 141/2009)
Decreto-Lei nº 278/2007	Altera o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído	01-08-2007	Altera o Decreto-Lei nº 9/2007
Lei nº 60/2007	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	04-09-2007	
Rectificação nº 1474/2007	Rectificação da Portaria nº 573/2007	07-09-2007	Altera a Portaria nº 573/2007
Decreto-Lei nº 340/2007	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	12-10-2007	Altera e Republica o Decreto-Lei nº 270/2001
Decreto-Lei nº 389/2007	Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo	30-11-2007	Altera e republica o Decreto-Lei nº 267/2002. Entretanto alterado pelo Decreto-Lei nº 195/2008

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Portaria nº 1515/2007	Altera a Portaria nº 1188/2003, de 10 de Outubro, que regula os pedidos de licenciamento de combustíveis	30-11-2007	Altera a Portaria nº 1188/2003
Decreto-Lei nº 31/2008	Alteração ao regime de licenciamento e fiscalização de Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo aprovado pelo Decreto-Lei nº 389/2007	25-02-2008	Altera o Decreto-Lei nº 389/2007
Portaria nº 216-A/2008	Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no nº 2 do artigo 8.º-A do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção da Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro.	03-03-2008	
Portaria nº 216-B/2008	Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva.	03-03-2008	Rectificada pela Declaração de Rectificação nº 24/2008 de 2 de Maio
Portaria nº 216-C/2008	Aprova os modelos do aviso de pedido de licenciamento de operações urbanísticas, do aviso de pedido de parecer prévio ou de autorização de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública.	03-03-2008	
Portaria nº 216-D/2008	Aprova os seguintes modelos de alvarás de licenciamento/Autorização de operações urbanísticas	03-03-2008	
Portaria nº 216-E/2008	Enuncia todos os elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas.	03-03-2008	Revoga a Portaria nº 1105/2001, de 18 de Setembro.
Portaria nº 216-F/2008	Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento de operações urbanísticas e pelo titular de operações urbanísticas objecto de comunicação prévia e a publicar pelas entidades promotoras de operação urbanísticas.	03-03-2008	
Portaria nº 232/2008	Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas	11-03-2008	Revoga a Portaria nº 1110/2001 de 19 de Setembro
Portaria nº 232/2008	Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas.	11-03-2008	Revoga a Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro e rectificada pela Declaração de Rectificação nº 26/2008, de 9 de Maio
Decreto-Lei nº 46/2008	Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.	12-03-2008	
Declaração de Rectificação nº 24/2008	Rectifica a Portaria nº 216-B/2008, de 3 de Março, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva, publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, nº 44, de 3 de Março de 2008.	02-05-2008	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Portaria nº 349/2008	Estabelece o procedimento de decisão das entidades da administração central, directa ou indirecta, sobre operação urbanística em razão da localização	05-05-2008	
Decreto-Lei nº 39/2008	Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos	07-05-2008	
Declaração de Rectificação nº 26/2008	Rectifica a Portaria nº 232/2008, de 11 de Março, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas.	09-05-2008	Revoga a Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, nº 50, de 11 de Março de 2008.
Declaração de Rectificação nº 26/2008	Rectificação da Portaria nº 232/2008	09-05-2008	
Decreto-Lei nº 96/2008	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios	09-06-2008	Altera e republica o Decreto-Lei nº 129/2002
Portaria nº 417/2008	Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD)	11-06-2008	
Portaria nº 517/2008	Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local	25-06-2008	
Portaria nº 518/2008	Estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos	25-06-2008	
Decreto-Lei 116/2008	Adopta medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos no âmbito do registo predial e actos conexos.	04-07-2008	
Portaria nº 701-H/2008	Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projecto de execução, bem como os procedimentos e normas a adoptar na elaboração e faseamento de projectos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projectos de obras», e a classificação de obras por categoria	29-07-2008	É revogada a Portaria nº de 7 de Fevereiro de 1972, publicada no Diário do Governo, 2.ª série, nº 35 (suplemento), de 11 de Fevereiro de 1972, alterada pela Portaria nº de 22 de Novembro de 1974, publicada no Diário do Governo, 2.ª série, nº 2, de 3 de Janeiro de 1975, e pela Portaria nº de 27 de Janeiro de 1986, publicada no Diário da República, 2.ª série, nº 53, de 5 de Março de 1986.

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Decreto-Lei nº 166/2008	Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março	22-08-2008	Revoga o Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março
Portaria nº 1083/2008	Fixa os valores das taxas devidas pela prática dos actos previstos no regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras)	24-09-2008	
Decreto-Lei nº 195/2008	Procede à terceira alteração e à republicação do Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis	06-10-2008	Altera e republica o Decreto-Lei nº 267/2002
Decreto-Lei nº 209/2008	Estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI) e revoga o Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares	29-10-2008	Revoga o Decreto-Lei nº 69/2003. Rectificado pela Rectificação nº 77-A/2008 e 15/2009
Portaria nº 1268/2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra electrónico	06-11-2008	
Decreto-Lei nº 220/2008	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)	12-11-2008	Ver art.º 36º (Norma revogatória)
Portaria nº 1320/2008	Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo	17-11-2008	
Decreto Regulamentar nº 20/2008	Estabelece os requisitos específicos relativos às instalações, funcionamento e regime de classificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas	27-11-2008	Revoga a Portaria nº 255/84
Portaria nº 1356/2008	Estabelece as condições para a viabilização dos usos e acções referidas nos 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto	28-11-2008	
Portaria nº 1371/2008	Fixa a correspondência entre o valor das classes de habilitações contidas nos alvarás de construção e o valor das obras	02-12-2008	Revogada a Portaria nº 6/2008, de 2 de Janeiro / Revogada pela Portaria nº 21/2010
Declaração de Rectificação nº 77-A/2008	Rectifica o Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, que estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI), e revoga o Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 210, de 29 de Outubro de 2008	26-12-2008	Rectifica o Decreto-Lei nº 209/2008
Portaria nº 1532/2008	Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE)	29-12-2008	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Decreto-Lei nº 21/2009	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 42/2008, de 27 de Agosto, estabelece o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais	19-01-2009	É revogada a Lei nº12/2004, de 30 de Março, e as Portarias nº 518/2004, nº 520/2004, de 20 de Maio e nº 620/2007, de 7 de Junho.
Portaria nº 64/2009	Estabelece o regime de credenciação de entidades para a emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspecções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)	22-01-2009	
Declaração de Rectificação nº 15/2009	Rectifica a Declaração de Rectificação nº 77-A/2008, de 26 de Dezembro, que rectifica o Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, que estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI), e revoga o Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares, publicada no Diário da República, 1.ª série, nº 249, suplemento, de 26 de Dezembro de 2008	10-02-2009	Rectifica a Rectificação nº 77A/2008
Decreto-Lei nº 72/2009	Estabelece o regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial e revoga o Decreto-Lei nº 70/2003, de 10 de Abril	31-03-2009	Revoga o Decreto-Lei nº 70/2003
Decreto-Lei nº 79/2009	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas	02-04-2009	Altera D.L. nº 65/97
Portaria nº 418/2009	Fixa a metodologia para a determinação da valia do projecto (VP) para efeitos de avaliação e pontuação dos projectos de instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio alimentar e misto, de comércio não alimentar e de conjuntos comerciais	16-04-2009	Ao abrigo do disposto no nº 4, do artº 10, do Decreto-Lei nº 21/2009
Decreto-Lei nº 123/2009	Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas	21-05-2009	Revoga o Decreto-Lei nº 50/2000, Decreto-Lei nº 68/2005 e nº 5 e 7 do Decreto-Lei nº 5/2004 Rectificado pela Rectificação nº 43/2009
Decreto-Lei nº 140/2009	Estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal	15-06-2009	
Decreto-Lei nº 141/2009	Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público	16-06-2009	É revogado o Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro; são revogadas as alíneas b) e c) do art. 2º, o art. 4º e a alínea b) do nº 1º do art. 8º do Decreto-Lei nº 309/2002; São revogadas as disposições da Portaria nº 791/2007, no que respeita a ginásios e clubes de saúde.

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Declaração de Rectificação nº43/2009	Rectifica o Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 98, de 21 de Maio de 2009	25-06-2009	Rectifica o Decreto-Lei nº 123/2009
Lei nº 31/2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis	03-07-2009	Revoga o Decreto nº 73/73, de 28 de Fevereiro e os nº 3 e 4 do Decreto-Lei nº 292/95, de 14 de Novembro
Decreto-Lei nº 258/2009	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 32/2009, de 9 de Julho, que determina a aplicação do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, às infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas detidas, geridas ou utilizadas pelas empresas de comunicações electrónicas, sujeitando-as ao regime de acesso aberto, procede à terceira alteração da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, e à primeira alteração do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de Maio	25-09-2009	
Regulamento nº 414/2009	Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas e fundamentação económica e financeira das taxas	16-10-2009	
Regulamento nº 418/2009	Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização	22-10-2009	
Portaria nº 1379/2009	Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras	30-10-2009	
Portaria nº 21/2010	Fixa os valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria nº 1371/2008, de 2 de Dezembro	11-01-2010	Revoga a Portaria nº 1371/2008
Decreto-Lei nº 26/2010	A Procede à décima alteração ao Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	30-03-2010	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de Maio.
Decreto-Lei nº 51/2010	Simplifica o procedimento para a instalação de sobre equipamento em centrais eólicas, revê os respectivos regimes remuneratórios e prevê a obrigação de instalação de equipamentos destinados a suportar cavas de tensão, alterando o Decreto-Lei nº 225/2007, de 31 de Maio	20-05-2010	

Legislação temática

Urbanização e Edificação - Disposições Gerais

Decreto-Lei nº 55/2010	Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário	31-05-2010	
Decreto-Lei nº 80/2010	Revoga o Decreto-Lei nº 37 575, de 8 de Outubro de 1949, que estabelece regras relativas à localização de edifícios escolares	25-06-2010	
Regulamento nº 591/2010	Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização	09-07-2010	
Regulamento nº 592/2010	Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas	09-07-2010	
Lei nº 16/2010	Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento	30-07-2010	Altera o Decreto-Lei nº 234/2007, de 19 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro
Portaria nº 712/2010	Primeira alteração à Portaria n.º 159/2004, de 14 de Fevereiro, que fixa os montantes das taxas a cobrar pelas entidades referidas no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	18-08-2010	
Lei nº 28/2010	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de Maio	02-09-2010	